

**BEYOND THE VERB TO BE: O ensino da língua inglesa sob uma perspectiva intercultural****BEYOND THE VERB TO BE: Teaching English in an intercultural perspective****BEYOND THE VERB TO BE: La enseñanza de la lengua inglesa bajo una perspectiva intercultural**

Ana Paula Cantarelli

Cleidimilson Donizete Correia Lima

**RESUMO:** Este texto visa abordar brevemente o ensino de língua estrangeira sob uma perspectiva cultural em oposição a uma visão puramente gramatical, mostrando que é possível realizar atividades interculturais dentro da realidade atual do ensino público brasileiro. Esta pesquisa possui caráter bibliográfico, sendo baseada em leituras de autores que abordam o ensino de línguas, de legislações nacionais sobre a educação e de autores que abordam o tema interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras. O ensino intercultural é visto como um meio de criação de diálogo entre pessoas de diferentes culturas por intermédio de uma língua, sendo capaz de promover a discussão e fomentar a reflexão dos estudantes, trazendo inúmeros benefícios para a formação humanística dos indivíduos. Assim, além de estabelecer a discussão sobre os benefícios de se desenvolver um ensino intercultural, apresentaremos aqui algumas sugestões de atividades que podem ser utilizadas nas salas de aula da Educação Básica pública.

**Palavras-chave:** ensino intercultural; língua estrangeira; ensino público brasileiro.

**ABSTRACT:** This paper aims to present briefly on the Foreign Language Teaching under a cultural perspective, reflecting on language teaching with an extremely grammatical vision and show that it is possible to carry out intercultural activities within the current reality of public education in Brazil. This is bibliographical research; it is based on readings of authors who discuss the teaching of languages, Brazilian national legislation on education and authors who discuss the topic interculturalism in Foreign Language Teaching. Intercultural education is seen as a means of creating dialogue between people of different cultures through a language, able to promote discussion and deliberation among the students, bring about countless benefits to a humanistic training of the students as individuals. Therefore, in addition to discussing the benefits of developing intercultural education, we present here some suggestions for activities that can be used in public basic education classrooms.

**Key words:** intercultural teaching; foreign language; Brazilian public education.

**Introdução**

Este texto visa refletir brevemente sobre o ensino de língua estrangeira (LE) sob uma perspectiva cultural. Para tanto, será abordado o uso da cultura como um recurso para promover o interesse e a curiosidade do aluno. Com essa pesquisa buscamos contrapor o ensino de línguas com uma visão gramatical, focado apenas na estrutura, ao ensino baseado em atividades interculturais, tendo como contexto a realidade atual do ensino público brasileiro. Santos (2004, p. 12) diz que:

A linguagem/o uso da língua, quando dissociado da cultura, desloca o sentido de língua como fenômeno fundamental da comunicação e vivência humanas para um sistema de elementos regido por regras, cuja estrutura pode ser analisada independente de tempo, espaço ou contexto no qual está em funcionamento.

Como aponta Santos (2004), estudar a língua fora do contexto cultural é simplesmente transmitir regras e fórmulas, desconsiderando o uso desta pelos falantes. A língua é viva, ela se altera e evolui conforme o tempo passa e a sociedade sofre modificações. Por considerarmos a língua como um elemento vivo e dependente das pessoas que fazem uso desta, optamos por focar a questão cultural como um elemento importante do processo de ensino e de aprendizagem de LE. Defendemos aqui o uso da interculturalidade nas aulas de LE como uma ferramenta para desconstruir pré-conceitos e promover o respeito ao outro, trabalhando não só questões estruturais da língua, mas também a língua como fenômeno social e fundamental para a comunicação humana.

Este estudo possui caráter bibliográfico. Para seu desenvolvimento foram necessárias leituras de autores que abordam o ensino de línguas, como Paiva (2003) e Leffa (1999); de legislações nacionais referentes à educação (Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Planos Curriculares Nacionais – PCNs, etc.) e de autores que abordam o tema interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras, como Santos (2004), Almeida Filho (2002), Padilha (2004), entre outros. Para melhor expor nosso ponto de vista, dividimos este texto em três partes. Na primeira, mostramos a evolução do ensino de língua estrangeira no Brasil. Na segunda parte, apresentamos um breve panorama sobre o ensino de LE focado na interculturalidade. Na terceira, apresentamos três propostas possíveis para desenvolver esse tipo de ensino nas escolas públicas, com o intuito de criar um ambiente

de reflexão sobre o outro, promovendo uma atitude de respeito e de tolerância em relação a outras culturas.

### **A evolução do ensino de língua inglesa no Brasil**

Seja por vontade de aprender uma segunda língua (L2)<sup>1</sup>, por razões militares ou por imposição sociocultural, o fato é que o interesse pelas LEs sempre esteve presente durante a história da humanidade, como aponta Paiva (2003, p. 53):

A história demonstra que, desde as antigas civilizações até o mundo globalizado, os homens sentem necessidade de aprender outros idiomas com finalidades bélicas ou pacíficas. As línguas servem de mediadoras para ações políticas e comerciais, além de veicularem o conhecimento científico e a produção cultural.

A língua inglesa é, atualmente, o segundo idioma mais falado no mundo, com um número aproximado de 508 milhões de falantes (entre falantes nativos e falantes como L2), atrás apenas do mandarim, que é falado por cerca de 1 bilhão e 52 milhões de pessoas no mundo (Revista Galileu, 2015). Depois do final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se erigiram como uma grande potência econômica e o inglês se estabeleceu como “língua franca<sup>2</sup>” a fim de facilitar o turismo e o comércio entre países de diferentes culturas e idiomas.

A história do ensino de língua inglesa no Brasil se mistura com a própria história do país e suas relações com a Inglaterra. Após vencer a França na batalha Trafalgar<sup>3</sup>, a Inglaterra tornou-se a maior potência marítima da época. Em resposta, Napoleão adotou um bloqueio continental contra a frota marítima inglesa com intenção de enfraquecer a economia britânica. Esse bloqueio foi imposto a todos os países da Europa e consistia no fechamento dos portos europeus ao comércio de produtos ingleses sob pena de sofrer invasão territorial da França. O único país a não aderir ao bloqueio foi Portugal, que nem se opunha ao bloqueio continental nem fechava seus portos ao comércio inglês. Napoleão, então, intimou Portugal a fechar seus portos e a declarar guerra contra a Inglaterra. Portugal, por sua vez, tentou buscar alternativas negociando com a Inglaterra enquanto

---

<sup>1</sup> A segunda língua é aquela ensinada a falantes não-nativos e é ensinada dentro do contexto situacional de comunicação. Assim, não caracterizada como língua estrangeira, que, por sua vez, é ensinada fora do contexto do aprendiz.

<sup>2</sup> Phillipson (1992, p. 42) define a língua franca como “uma língua que é usada para a comunicação entre diferentes grupos de pessoas, cada grupo falando uma língua diferente.”

<sup>3</sup> A Batalha de Trafalgar foi uma batalha naval que ocorreu entre a França e Espanha contra o Reino Unido, em 21 de outubro de 1805, na Era Napoleônica, ao longo do Cabo de Trafalgar, na costa espanhola.

fingia aceitar a imposição feita pela França, aproveitando-se do precário sistema de transporte e de comunicação. Tal conduta garantiu a Portugal algum tempo. Napoleão ordenou uma invasão a Portugal. Com medo de perder uma guerra para França, Dom João VI fugiu com a família real e toda a corte portuguesa para o Brasil escoltado pela Inglaterra. Em troca, a Inglaterra teria permissão de aportar na Costa Rica, colônia portuguesa que até aquele momento só permitia o acesso aos navios portugueses.

Com a abertura dos portos brasileiros aos navios ingleses, a Inglaterra teve a oportunidade de criar estabelecimentos comerciais, dando início à grande influência inglesa no Brasil colônia, resultando no desenvolvimento da imprensa régia, na instalação do telégrafo, na construção das ferrovias, etc. Esse processo culminou na necessidade de mão de obra, gerando oferta de emprego a brasileiros, desenvolvendo a necessidade de conhecimento da língua inglesa para que o empregado fosse apto ao treinamento e ao desenvolvimento de sua respectiva atividade.

Oficialmente, o ensino de língua inglesa começou no dia 22 de junho de 1809, quando o então príncipe regente de Portugal, Dom João VI, decretou a instauração de duas escolas de LE: uma de língua inglesa e outra de língua francesa, nomeando o padre irlandês Jean Joyce como primeiro professor formal de inglês no Brasil. Inicialmente, o ensino de inglês tinha como finalidade a prática oral, visando apenas a preparação de brasileiros para a crescente demanda de trabalho e para as relações internacionais, principalmente com a Inglaterra. Naquela época, o francês ainda possuía o *status* de língua universal e era de caráter obrigatório para aqueles que pretendiam ingressar no Ensino Superior.

Em 02 de dezembro de 1837, foi fundado o Colégio Dom Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, que incluía o ensino de língua inglesa, língua francesa, latim e grego. Após a proclamação da República, em 1889, o estudo de LE foi retirado do currículo escolar por Benjamin Constant que reformou o sistema de ensino no país baseado nos princípios do Positivismo<sup>4</sup>. Em 1892, após o afastamento de Benjamin Constant, Amaro Cavalcante modificou novamente o currículo escolar. Tal reforma trouxe de volta disciplinas humanísticas como história da filosofia, grego e latim e fez do inglês, do francês e do alemão disciplinas de caráter facultativo com abordagem literária e gramatical.

---

<sup>4</sup> Corrente filosófica que se baseia na ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Essa reforma visava um caráter propedêutico de ensino, em que os alunos eram apenas preparados para o ingresso no Ensino Superior.

O ensino de inglês ganhou força na década de 1930 quando, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério dos Negócios, da Educação e da Saúde Pública que, além de tratar da área da educação no país, também visava desenvolver atividades pertinentes à saúde, ao esporte e ao meio ambiente. Ainda durante o governo Vargas, no ano de 1931, houve a reforma de Francisco Campos, que modificou não só os conteúdos ministrados como também a metodologia utilizada no ensino de LE. Indiretamente, essa nova reforma imprimiu mais ênfase ao estudo de LEs modernas na contrapartida da diminuição da carga horária destinada ao ensino de línguas clássicas. Quanto à metodologia, o ensino de LE passou a ser baseado no Método Direto<sup>5</sup>. Simultaneamente, surgiam vários cursos livres de inglês no Brasil que ofereciam o ensino de LE fora do contexto do ensino público. Em 1934, com o apoio da embaixada britânica, foi inaugurada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Um ano depois, um acordo entre a Escola Paulista de Letras Inglesas e o Consulado Britânico resultou na inauguração da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo. Já em 1938, com o apoio do consulado estadunidense, nasceu, em São Paulo, o primeiro instituto binacional chamado inicialmente de Instituto Universitário Brasil-Estados Unidos e posteriormente União Cultural Brasil-Estados Unidos.

Ainda durante a Era Vargas, com a Reforma Capanema em 1942, o sistema de ensino foi dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo, ou ginásio, com duração de quatro anos e o segundo ciclo que possuía duas ramificações: o clássico (com maior ênfase nos estudos das línguas clássicas e modernas) e o científico (com maior ênfase nos estudos das ciências). Esse novo sistema teve como objetivo equiparar as três modalidades: secundário, normal e militar.

O fim da Segunda Guerra Mundial deu-se com a vitória dos Aliados<sup>6</sup>, fazendo com que os Estados Unidos da América ultrapassassem a Inglaterra como maior potência mundial, exercendo uma forte influência em terras brasileiras. O Brasil foi, então, invadido por uma enxurrada de marcas, músicas e filmes estadunidenses. Em oposição a essa realidade, em 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

---

<sup>5</sup> Segundo Cestaro (1999), o princípio fundamental do Método Direto (MD) era o de que a aprendizagem da língua estrangeira deveria se dar em contato direto com a língua em estudo. A língua materna deveria ser excluída da sala de aula. A transmissão dos significados dava-se através de gestos, gravuras, fotos, simulação, enfim, tudo o que pudesse facilitar a compreensão, sem jamais recorrer à tradução. Aliás o termo “direto” se refere ao acesso direto ao sentido sem intervenção da tradução, de forma a fazer com que o aprendiz pensasse diretamente na língua estrangeira. Dava-se ênfase ao oral. Inicialmente, o aluno era exposto aos fatos da língua para, num segundo momento, chegar à sua sistematização.

<sup>6</sup> Os Aliados na Segunda Guerra Mundial foram os países que se opuseram às Potências do Eixo: União Soviética, Estados Unidos da América, Império Britânico e República da China.

(LDB), deixando que os estados decidissem se incluíam ou não a disciplina de LE na grade curricular. Com a intenção de economizar recursos, boa parte dos estados não adicionaram a LE em suas grades curriculares e os que a ofereciam optaram pela língua inglesa. Dez anos depois, em 1971, durante o regime militar, a LDB foi reformulada, contudo o ensino de LE continuou sendo facultado aos estados. Nessa reformulação, o currículo escolar passou de doze para onze anos, oito anos no Primeiro Grau e três anos no Segundo Grau. Essa redução de tempo prejudicou ainda mais o ensino de línguas nas escolas, o que fez com que muitas instituições deixassem de ministrar tais disciplinas e as instituições que mantiveram as LEs apenas ministravam aulas com baixa carga horária. Leffa (1999, p. 14) destaca que essa redução refletiu de forma negativa no ensino de LE. Segundo ele:

A redução de um ano de escolaridade e a necessidade de se introduzir a habilitação profissional provocaram uma redução drástica nas horas de ensino de língua estrangeira, agravada ainda por um parecer posterior do Conselho Federal de que a língua estrangeira seria "dada por acréscimo" dentro das condições de cada estabelecimento. Muitas escolas tiraram a língua estrangeira do 1o. grau, e no segundo grau, não ofereciam mais do que uma hora por semana, às vezes durante apenas um ano. Inúmeros alunos, principalmente do supletivo, passaram pelo 1o. e 2o. graus sem nunca terem visto uma língua estrangeira.

Paiva (2003, p. 54) aponta que “apesar de todos os setores da sociedade reconhecerem a importância do ensino de língua estrangeira, as políticas educacionais nunca lhe asseguraram uma inserção de qualidade em nossas escolas”. Assim, o que vemos são políticas educacionais que não garantem um ensino de qualidade, causando um efeito dominó, levando as classes sociais mais privilegiadas a buscar por professores particulares ou institutos de idiomas, o que por sua vez causa uma disseminação cada vez maior de novas franquias de idiomas. Em quanto as classes menos privilegiadas acabam por se conformar em não aprender uma segunda língua.

No ano de 1976, a Resolução nº 58 instituiu a obrigatoriedade do ensino de LE para o 2º Grau e recomendou sua inclusão no currículo do 1º Grau “onde as condições o indiquem e permitam”. Em 1996, surgiu a nova Lei de Diretrizes e Bases, a LDB 9394/96, que modificou a nomenclatura do 1º Grau para Ensino Fundamental e do 2º Grau para Ensino Médio, alterando também as disciplinas curriculares, tornando essencial o ensino de língua estrangeira moderna. Com a nova LDB o ensino de línguas passou a ser obrigatório a partir da quinta série, como está disposto no Art. 26, § 5º: “Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino

de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição”. Já para o Ensino Médio, o Art. 36, inciso III descreve que “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição”.

Em complemento a LDB existem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Governo Federal, que visam nortear as escolas e professores na preparação dos currículos. Foram criados com a intenção de reestruturar os currículos escolares de todo o Brasil e são obrigatórios para a rede pública (porém podem ser adaptados às singularidades regionais e territoriais) e opcionais para as instituições privadas<sup>7</sup>. No texto dos PCNs do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, é reconhecida a importância de estudar uma LE, mas ao mesmo tempo o texto faz referências aos problemas existentes na educação brasileira, colocando-os como empecilhos para um ensino de qualidade, o que limitaria o aprendizado da LE à habilidade de leitura:

Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido ao giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. (Brasil, 1998, p. 20)

Ainda no texto, consta que o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de LE não levaria em conta o critério de relevância social para sua aprendizagem, pois “com exceção da situação específica de algumas regiões turísticas ou de algumas comunidades plurilíngues, o uso de uma língua estrangeira parece estar, em geral, mais vinculado à leitura de literatura técnica ou de lazer” (Brasil, 1998, p. 20), ou seja, os brasileiros não teriam situações onde usar a oralidade da LE. Já no texto dos PCNs do Ensino Médio, a comunicação oral e escrita é destacada como imprescindível “no mundo moderno, com vistas à formação profissional, acadêmica ou pessoal” (Brasil, 2000, p. 11). Não há qualquer referência a uma situação limitadora que impossibilite o desenvolvimento das quatro habilidades. Essa controvérsia nos dois textos faz parecer que não há consenso sobre como ensinar LE nas escolas brasileiras: se focando na leitura ou se trabalhando as quatro habilidades.

---

<sup>7</sup> Todo o material é disponibilizado pelo MEC e acessível para alunos, pais e professores no site oficial do Ministério.

É interessante ressaltar que, no ano de 2016, o governo lançou a Medida Provisória nº 746 a qual: Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. No que se refere ao ensino de LE, a MP 746 estabelece: para o Ensino Fundamental - No currículo do ensino fundamental, será ofertada a língua inglesa a partir do sexto ano” (Brasil, 2016, p. 01); para o Ensino Médio: “Os currículos de Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino” (Brasil, 2016, p. 01). Com essa MP o inglês se erige como a principal língua estrangeira a ser ensinada na Educação Básica, uma vez que é obrigatória tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

### **Ensino intercultural**

Neste texto, optamos por considerar as línguas como sistemas em constante evolução e modificação, sendo que essas modificações são fruto do emprego da língua pelos sujeitos falantes e das alterações sofridas pela sociedade (inovações tecnológicas, descobertas científicas, criação de bens de consumo, etc.), tendo, portanto, um entrelaçamento com o aspecto cultural. Almeida Filho (2002, p. 210) destaca que, “[...] o cultural não deveria constituir uma outra faceta do porte do gramatical”, mas sim um meio para que o aluno possa desenvolver uma habilidade de utilizar a LE ou a L2 vinculada a um contexto real.

Um ensino de LE baseado no Estruturalismo analisa o que é “certo” ou “errado” na formação de elocuições, se a estrutura e ortografia estão corretas, deixando de lado todas as outras características que englobam a formação de uma língua, passando aos alunos apenas “fórmulas” de como compor orações afirmativas, negativas, interrogativas, futuro ou passado simples, etc. Essa visão estruturalista está presente em muitas salas de aulas, em que os alunos analisam apenas a gramática e não desenvolvem uma competência comunicativa que leve em conta o aspecto cultural. Se pegarmos uma frase simples e comumente usada por falantes de língua inglesa, “*excuse me*”, por exemplo, veremos que a

frase está escrita corretamente e não se pode inferir que sentido está aplicado a ela apenas pela grafia. Para um falante de língua inglesa o sentido dessa frase muda de acordo com a forma como ela é verbalizada<sup>8</sup>.

A favor do ensino cultural, Santos diz que:

Em primeiro lugar, o sentido que atribuímos à qualificação intercultural é o de um esforço, uma ação integradora, capaz de suscitar comportamentos e atitudes comprometidas com princípios orientados para o respeito ao outro, às diferenças, à diversidade cultural que caracteriza todo processo de ensino/aprendizagem, seja ele de línguas ou de qualquer outro conteúdo escolar. É o esforço para a promoção da interação, da integração e da cooperação entre os indivíduos de diferentes mundos culturais. É o esforço para se partilhar as experiências, antigas e novas, de modo a construir novos significados. (Santos, 2004, p. 154-155)

Percebemos, neste estudo, a língua como um produto resultado de processos históricos e ideológicos que estão totalmente interligados à cultura de um povo. Portanto, aprender uma nova língua buscando a comunicação implica em apreender a cultura do outro. Nesse caso, apreender a cultura do outro também é uma forma de avaliarmos nossa própria cultura, de nos conhecermos melhor e de desenvolvermos o respeito e a reciprocidade. Segundo Santos (2004, p.16): “ensinar e aprender uma nova língua-cultura<sup>9</sup> deve ser, portanto, um processo em duas vias: da língua-cultura-alvo em relação às línguas-culturas que estão ali em interação e vice-versa”, no qual o professor de LE e os alunos compartilham conhecimentos relativos à língua alvo e a toda uma miscelânea de conhecimentos e informações que fazem parte da formação de suas próprias línguas-culturas, o que faz com que cada sujeito nesse processo se torne uma fonte complexa e diversificada de conhecimento potencial.

O ensino intercultural é visto como um meio de criação de diálogo entre pessoas de diferentes culturas por intermédio de uma língua. Dentro de um estudo intercultural, o professor de LE pode trabalhar questões de identidade, gênero, raça, sexualidade, classe

---

<sup>8</sup> Dependendo do contexto em que está inserida, do tom de voz ou gesticulação, essa oração pode implicar diferentes significados. “*Excuse me!?*”, além de “com licença”, “perdoe-me”, é comumente utilizada com um tom de voz mais elevado para expressar o equivalente a “como é que é!?” em português, verbalizado ironicamente na intenção de fingir não ter entendido o enunciado proferido anteriormente por outrem.

<sup>9</sup> O termo língua-cultura tem sido utilizado por teóricos diversos. Segundo Walesko (2006, p. 82), o termo “prevê a definição de língua como discurso, produto histórico-social que varia no tempo e no espaço e é indissociável da cultura e, por isso, não é externa aos sujeitos; é constitutiva dos sujeitos e por eles constituída, tornando-se espaço de interação dos indivíduos e de construção do conhecimento e não instrumento de acesso a um mundo exterior a eles”.

social, etc. A abordagem intercultural não visa à segregação em diferentes “tribos” de pessoas, mas sim prega o respeito pelo que é “diferente”. Para Padilha (2004, p. 14), o ensino intercultural busca promover a formação de uma visão positiva da pluralidade social e cultural, construída em cima de um alicerce de respeito mútuo, para a compreensão do que é “diferente”. O ensino intercultural de LE não objetiva apenas à simples transmissão da cultura alvo, o objetivo principal é a reflexão da cultura do outro e da cultura nativa do aprendiz. Segundo o autor, a interculturalidade pode contribuir para “superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância frente ao ‘outro’, construindo uma disponibilidade positiva da pluralidade social e cultural” (Padilha, 2004, p. 14).

Muitos professores já desenvolvem uma proposta de ensino intercultural, alcançando bons resultados no processo de ensino e de aprendizagem de LE. Mas, deve-se ter cuidado para, nesses processos, não “levantar bandeira” de grandes potências econômicas, EUA e Inglaterra no caso da língua inglesa, por exemplo, e deixar de lado a cultura de tantos outros países que empregam a mesma língua ou ainda do seu próprio país. Moita Lopes (1996, p 38), a esse respeito, afirma que:

Faz-se necessário aqui explicar este comportamento de professores e, conseqüentemente, dos alunos de inglês no Brasil, ou melhor, o que está sendo sugerido com a afirmação da glorificação de uma cultura estrangeira. [...]se pretende discutir a atitude dos professores de inglês no Brasil como muito colonizada. Comentários como “me sinto melhor falando inglês do que português” ou “se fosse nos Estados Unidos...” são típicos da parte dos professores de inglês.

O processo de ensino e de aprendizagem intercultural efetivo pretende que o professor de LE ministre sua disciplina com conteúdos transversais e multiculturais promovendo a desconstrução de conceitos pré-estabelecidos, trabalhando as diferenças sociais e culturais entre variados povos de países diferentes ou até dentro de um mesmo país como é o caso do Brasil. Nanni (*in* Fleuri, 2001) diz que a educação intercultural é interação entre sujeitos com características distintas, com seus direitos e sua dignidade. Como processo, trata-se de um caminho aberto, complexo e multidimensional, pois envolve uma multiplicidade de fatores e de dimensões como: a pessoa e o grupo social, a cultura e a religião, a língua e a alimentação, os pré-conceitos e as expectativas. Ainda conforme Nanni (*in* Fleuri, 2001, p. 54-55), fazem-se necessárias três mudanças para instaurar um âmbito educacional intercultural,

(1.) *A realização do princípio da igualdade de oportunidades:* A educação intercultural requer que se trate nas instituições educativas os grupos populares não como cidadãos de segunda categoria<sup>10</sup>, mas que se reconheça seu papel ativo na elaboração, escolha e atuação das estratégias educativas. Além disso, é preciso repensar as funções, os conteúdos e os métodos da escola.

(2.) *A reelaboração dos livros didáticos, a adoção de técnicas e de instrumentos multimediais.* A educação intercultural requer profundas transformações no modo de educar. A prática educativa é estimulada a se tornar sempre mais interdisciplinar [...] principalmente os livros didáticos deverão sofrer profundas mudanças. Estes são escritos geralmente na perspectiva da cultura oficial e hegemônica, e não para alunos pertencentes a “muitas culturas”, diferentes entre si [..].

(3.) *A formação e a requalificação dos educadores são talvez o problema decisivo,* do qual depende o sucesso ou o fracasso da proposta intercultural. O que está em jogo na formação dos educadores é a superação da perspectiva monocultural e etnocêntrica que configura os modos tradicionais e consolidados de educar, a mentalidade pessoal, os modos de se relacionar com os outros, de atuar nas situações concretas.

Percebemos, então, que, para desenvolver um modelo intercultural de ensino, são necessárias profundas modificações no sistema educacional brasileiro que vão desde a formação docente até a elaboração de materiais didáticos. Essas mudanças ocorrem a passos lentos no cenário educacional atual, uma vez que este tem estabelecido como foco resultados quantitativos (números de docentes formados, número de alunos aprovados, etc.) e não necessariamente qualitativos (o que os alunos aprenderam durante o ano escolar e o que precisa ser melhorado). Além disso, o processo de ensino e de aprendizagem intercultural demanda tempo, pois o professor necessita empreender um trabalho de pesquisa para desenvolver uma boa aula e, quando em sala de aula, precisa discutir com os alunos os aspectos culturais que serão estudados. Com uma carga horária reduzida a um ou dois períodos na semana, o ensino intercultural se torna uma tarefa mais difícil de ser realizada.

### **A abordagem intercultural no ensino de língua inglesa**

Para percebermos o poder que uma língua exerce basta pensarmos nos processos de colonização em que a primeira atividade desenvolvida pelo povo colonizador era implantar

---

<sup>10</sup> Segundo o autor, no Brasil, as classes populares são cultural e politicamente subjugadas da mesma maneira que estrangeiros em países europeus, sendo esta uma referência ao processo de colonização em que os povos conquistadores se autoproclamavam cidadãos do mundo com direito de dominar a terra e conseqüentemente os povos que nela viviam. Para os colonizadores, os povos aborígenes dos territórios conquistados eram estrangeiros e sem nenhum direito civil.

sua língua, assim, indiretamente, ele impunha sua cultura, suas crenças e seu modo de ver o mundo, em declínio da cultura, da língua, das crenças e do modo de vida dos povos colonizados. Para Santos (2004, p. 95), “a linguagem constitui um dos mais importantes mecanismos sociais, que não somente cria, sustenta, identifica, modifica e perpetua as culturas, como também tem o poder de afetá-las e destruí-las”.

Com a característica de língua franca mundial, a língua inglesa é utilizada cada vez mais por pessoas de culturas diferentes. É cada vez maior o número de indivíduos com acesso a novas tecnologias<sup>11</sup>, além do que existem pessoas que viajam para o exterior ou que têm oportunidades de emprego que exigem fluência em LE, entre outras<sup>12</sup>. O inglês, como língua franca mundial, surge em destaque nesse cenário.

Assim, buscamos apresentar sugestões de como trabalhar a língua inglesa dentro de uma abordagem comunicativa baseada na interculturalidade, defendendo o ensino de LE como um ensino que expõe não só estruturas gramaticais ou um domínio vocabular, mas que também envolve aspectos culturais. Estamos cientes da carga horária baixa, da falta de recursos e da falta de tempo dos professores, porém todos esses obstáculos nada mais são do que justificativas para o ensino intercultural, pois se, com todas as dificuldades, o professor ainda promover um ensino puramente gramatical, então, definitivamente, esse tempo de aula será desperdiçado. Não se está aqui propondo uma “revolução” na educação, apenas tentamos dizer que essa “adaptação” é possível de ser aplicada. A seguir apontaremos sugestões de atividades interculturais que podem ser desenvolvidas em sala de aula.

### **Sugestões de atividades para um processo de ensino e de aprendizagem de LE intercultural**

Vejamos a seguir três atividades que podem ser desenvolvidas em uma aula de LE intercultural. As atividades propostas aqui consideram a realidade atual do ensino de LE e suas limitações, como pouca carga horária, falta de recursos e falta de tempo dos professores que estão a cada dia mais "sufocados" com o número crescente de alunos em

---

<sup>11</sup> O IBGE divulgou os resultados de uma pesquisa sobre internet, televisão e posse de telefone celular para uso pessoal. O estudo revelou um crescimento de 70% do acesso à internet por banda larga móvel, representando 62,8% dos domicílios com internet.

<sup>12</sup> Segundo o site Dino.com, a seguradora britânica Finacord realizou uma pesquisa que mostrou que o número de brasileiros viajando para o exterior cresceu cerca de 7% entre 2009 e 2013. Sendo que a maioria das viagens esteve relacionada às férias, representando 7,9%, contra 3,7% de viagens a negócios.

suas turmas.

***Aproveitar as oportunidades e os materiais disponíveis: trabalhar com o contexto do aluno***

Em 2014 e 2016, o Brasil foi palco de grandes eventos esportivos mundiais: a Copa Mundial de Futebol e as Olimpíadas de verão, respectivamente. Tais eventos, mesmo tendo gerado revolta em uma parte da população pela atual situação econômica do país, causaram grande comoção e curiosidade nas pessoas, tonando-se uma ótima fonte de material. Fomos alvejados diariamente com imagens e notícias relacionadas a vários países de todo mundo. Uma boa atividade para sala de aula é trabalhar com os países que falam a língua inglesa nativamente usando esses tipos de eventos como um “gatilho” para instigar a curiosidade dos alunos.

Esse tipo de atividade pode ser desenvolvido a partir do segundo ciclo do Ensino Fundamental. A proposta aqui é a divisão da turma em duplas. Cada dupla fica responsável por pesquisar um país onde a língua inglesa é falada nativamente, trazendo para sala de aula características da cultura de cada país. É importante ressaltar o papel de mediador do professor, o qual deve acompanhar as discussões na intenção de que os alunos não adquiram o pensamento de que uma cultura é melhor ou pior que outra. Devemos sempre lembrar que o objetivo de trabalhar interculturalidade é promover o respeito ao outro. Por ser uma atividade que demanda tempo, provavelmente se converterá em uma atividade extraclasse. Assim, é interessante a divisão em mais de um módulo/aula. O professor deve definir questões para nortear a pesquisa como: comidas típicas, danças, vestimenta, a bandeira do país, etc. Para responder a essas questões os alunos necessitarão de uma fonte de pesquisa. Uma ótima alternativa é a internet, porém poderá haver casos nos quais a internet não esteja acessível aos alunos. Então, caberá ao professor prover fontes impressas para pesquisa, como jornais, revistas ou livros didáticos.

No ano de 2014, acadêmicos de Letras-Ingês, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, da Universidade Federal de Rondônia, desenvolveram com sucesso esse mesmo tipo de atividade com os alunos da escola EEEFM Marechal Castelo Branco em Porto Velho–RO. Nesse ano, o Brasil estava sediando a Copa Mundial de Futebol. Mas, o que fazer quando o Brasil não é palco de um grande evento? O professor pode propor uma “Feira Cultural” usando a mesma

metodologia, apenas trocando o “gatilho”.

### ***Música: uma importante ferramenta***

Margonari (*in* Kawachi, 2008) diz que o contexto educacional reprime a alegria e a criatividade, recebendo grande ênfase a transmissão, a memorização e a reprodução do conhecimento. Segundo Kawachi (2008, p. 14), “é nesse contexto que acreditamos no papel da música como recurso que pode ser empregado em diferentes situações de aprendizagem, visando a estimular a criatividade, a reflexão e contribuindo para um ensino eficaz e prazeroso da língua”. A música é, possivelmente, a maior fonte de contato das pessoas com LEs. Diariamente, somos alvejados com novas canções nas rádios e principalmente na internet. Vários professores utilizam a música como um meio de cativar os alunos e tentar sair da monotonia que muitas vezes atinge a aula de LE. Stansell (*in* Kawachi, 2008) afirma já ter sido provado que a música é benéfica em sala de aula, diminuindo a ansiedade, aumentando a motivação, promovendo o interesse e contribuindo para a diversão dos envolvidos, desempenhando um papel fundamental em todas as áreas de aquisição de uma língua (aprendizado de vocabulário, de pronúncia e de gramática, assim como na fluência).

O grande problema que vemos não é o conteúdo das músicas, mas a forma como são trabalhadas em sala de aula. Muitas vezes apenas são utilizadas para atividades de preenchimento de lacunas nas letras. Há na indústria musical milhares de compositores que desenvolvem suas letras baseados em temas atuais e cotidianos. Músicas como *Fomartion*<sup>13</sup>, da cantora estadunidense Beyoncé, por exemplo, podem ser objetos de uma ótima aula de interpretação de texto e desencadear discussões sobre questões raciais e a atual situação sócio-política dos Estados Unidos, mostrando que o “sonho americano” não é para todos. Músicas em língua inglesa que abordem essas questões podem, inclusive, trazer a discussão para o nosso país, que, embora visto como um país multicultural, é, recorrentemente, palco de grandes cenas de intolerância e de racismo.

Utilizar a música auxilia na criação de um ambiente menos formal de educação e aumenta a interação entre os envolvidos em um clima de descontração. Na cidade de São

---

<sup>13</sup> O videoclipe de *Formation* foi lançado no dia 6 de fevereiro de 2016 com uma versão explícita (não recomendada para menores, pois contém palavras de baixo calão) e uma censurada do videoclipe. A canção foi apresentada pela primeira vez pela cantora durante seu show no Super Bowl 50. A apresentação gerou polêmica por se tratar de uma música que criticava o racismo no país, além de fazer referência a mortes de negros por policiais que aconteceram nos últimos anos.

Paulo, uma professora usa rap e funk para ensinar história. Ao ser questionada sobre sua metodologia, a professora Ane Sarinara, que já atua em sala de aula há oito anos, diz que: "a escola está completamente fora da realidade deles, e a educação, sem significado, não tem sentido nenhum. É aquela ideia: você finge que explica, eles fingem que entendem". E ainda completa: os alunos "são cidadãos que não gritam, que não berram, omissos, obedientes. Costumo dizer que não estudei para domesticar aluno. Querem que eu faça isso, mas eu não consigo" (BBC, 2016, on-line).

Para desenvolver atividades que visem discutir temas sociais a partir da música, o professor pode dividir a aula em três momentos. Num primeiro momento, o educador abre espaço para discussões prévias, opiniões já estabelecidas pelos alunos. Nesse momento, eles expõem suas crenças e conceitos sobre a sociedade, o gênero, o racismo, etc. A seguir, já focado na letra da música e no tema que ela aborda, o docente debate o tema proposto e trabalha questões estruturais da língua em uso saindo do antigo "molde" que apenas transmite regras gramaticais. E, então, o professor abre espaço para discussões novamente. Os alunos podem ou não mudar suas opiniões e o papel do educador é mediar essa discussão para que eles não se exaltem e esse processo seja sadio. O docente pode, também, pedir para que cada aluno pesquise uma música que aborde um tema que ele (o aluno) ache interessante e apresente, rapidamente, na próxima aula.

Esse tipo de atividade, além de prazerosa, abre espaço para discussões em sala de aula e pode ser desenvolvida em qualquer seguimento de ensino, desde o primeiro ciclo do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio. Porém, o professor deve estar atento à adequação do tipo de conteúdo e da dificuldade da letra para cada nível em que for desenvolver essa atividade. Uma música que foi trabalhada com sucesso em uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, provavelmente não será uma boa escolha para ser trabalhada em uma turma do primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

### ***Falar de alimentação é falar de cultura***

Quando falamos de cultura não podemos deixar de comentar sobre os estereótipos que são perpetuados sobre culturas que se diferenciam da nossa. Pederson (*in* Felipe, 2012, on-line) comenta que durante suas aulas de inglês no Brasil, e em variados outros países, sempre propôs o tema alimentação. Com seus estudantes brasileiros de inglês, ela utilizava uma imagem e uma frase que dizia: "Todos os brasileiros dançam samba no Carnaval e

bebem caipirinhas e comem feijoada, como parte de sua refeição nacional<sup>14</sup>”. Os alunos brasileiros ficavam indignados com esse estereótipo e diziam se tratar apenas de uma fração da população, criando uma imagem genérica da cultura brasileira. A partir desse ponto, a professora motivava os alunos a discutirem o tema de forma mais crítica. Isso mostra como a culinária pode ser uma grande ferramenta em uma sala de aula de LE intercultural.

A maior parte dos institutos de idiomas particulares oferecem as chamadas “*cooking Class*”, nas quais os alunos, literalmente, “põem a mão na massa”, cozinhando enquanto aprendem novos vocabulários e características dos países de onde a refeição preparada é tradicional. Claro que não podemos comparar a estrutura da maioria das escolas públicas com a estrutura de um instituto particular de idiomas que possui toda uma infraestrutura que permite esse tipo de tarefa, mas isso não quer dizer que essa atividade não possa ser adaptada e trazida para dentro da sala de aula.

Esse é um tipo de atividade que pode ser desenvolvido em todos os segmentos de ensino. O professor pode separar a turma em grupos e designar um país para cada grupo. O grupo, por sua vez, pesquisa uma refeição tradicional do país designado e sua relevância para a cultura do país. É importante que os alunos percebam como inconscientemente criamos estereótipos sobre a cultura do outro, do mesmo jeito que os outros criam estereótipos sobre a nossa. Os discentes podem preparar previamente os alimentos e trazer para a aula. Essa seria outra forma de quebrar a rotina e deixar a aula de LE mais descontraída. Nas séries iniciais, pode-se motivar a participação dos pais em um pequeno evento de reflexões culturais baseadas na culinária.

### **Considerações finais**

Durante a produção deste artigo, e mesmo antes, acompanhamos nos jornais notícias sobre a imigração dos povos sírios, afegãos, sérvios, paquistaneses, entre outros para a Europa. Um processo de diáspora de pessoas que estão fugindo do terror da guerra causado pela intolerância religiosa do Estado Islâmico. Nessas migrações, podemos apontar dois aspectos interessantes: o primeiro refere-se à dificuldade dos povos entrarem nesses territórios por serem mulçumanos, pois grande parte destes países vêm neles um

---

<sup>14</sup> No original: “All Brazilians dance samba in Carnival and drink caipirinhas with feijoada every Saturday as part of their national meal”.

estereótipo de que todo mulçumano é terrorista. O segundo é que, a partir do momento em que esses refugiados se estabelecerem em outros países, ocorrerá mudanças em sua cultura com o passar do tempo, como também ocorrerá na cultura dos povos que os receberem. Fato semelhante acontece no Brasil com a presença massiva dos haitianos que imigram para o país em busca de uma nova oportunidade de vida. Processos migratórios resultam em uma “troca” cultural. Esse fenômeno ocorre de forma gradativa e termina por enriquecer ainda mais a cultura de um povo, causando mudanças significativas em seus modos de vida. Cabe a nós, educadores, ajudar as pessoas nesse processo de entender que essas diferenças entre os povos e que essa “troca” cultural só têm a contribuir com a quebra de pré-conceitos e com a forma como vemos a nós mesmos.

Trabalhar com LE é ter nas mãos uma incrível ferramenta para desconstruir conceitos e promover o pensamento crítico acerca da sociedade atual e dos caminhos que ela vem tomando. O ser humano teme, por instinto, aquilo que ele desconhece. Assim, ao ministrar uma aula de LE com enfoque intercultural, o professor tem condições de proporcionar o conhecimento e a quebra de muitos estereótipos e tabus. Esse tipo de proposta, sem dúvida, terá como fruto a reflexão dos discentes a respeito de pré-conceitos ao se deparar com questões de gênero, raça, etnia, características sociais, etc. Uma sala de aula de LE com foco intercultural possibilita a interação, discussão e reflexão dos alunos. Essa abordagem pode resultar em alunos que rejeitam a “verdade absoluta” sobre o que o outro é ou não é, que primam por conhecer, apreciar e, acima de tudo, respeitar o que os povos têm em comum e, naturalmente, de diferente.

Essa pesquisa possibilitou-nos um maior entendimento sobre a legislação do ensino de LE no Brasil e a visível necessidade de remodelação de alguns aspectos para que a LE não continue a “viver nas sombras”, trazendo de volta o prestígio que o estudo de LE já teve um dia no país. No que concerne à gramática, há algum tempo esse não é mais o foco das provas utilizadas para avaliar a qualidade do ensino no país, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que solicita a interpretação de determinados textos durante o exame. Esse é mais um fato que aponta para a necessidade de competência linguística, pelo menos da leitura. Saber a gramática não quer dizer saber ler em LE. O mais interessante seria ajudar os alunos a desenvolver essa habilidade, durante o processo abordando a gramática em uso dentro do contexto e não eternizar aquele velho modelo de aula de “encaixar” o verbo *to be* nas frases. É importante frisar que é possível trabalhar interculturalidade mesmo em uma aula de inglês instrumental, na qual o aluno apenas

desenvolve a habilidade de leitura. Dessa forma, ainda que não seja capaz de se comunicar oralmente, poderá refletir sobre os temas abordados, uma vez que dentro de um estudo intercultural o professor de LE pode trabalhar questões de identidade, gênero, raça, sexualidade, classe social, etc.

No que se refere ao professor, esse por sua vez deve desconstruir seus próprios conceitos e aprender sobre as culturas que vai abordar em sala de aula, já que é ele quem vai servir de mediador. O docente deve ser neutro, não levantar a bandeira de um determinado país em detrimento de outro, ou todo esse processo acarretará em manter os pré-conceitos estabelecidos e não fomentará o pensamento crítico e reflexivo nos alunos.

As aulas de LE podem e devem ser capazes de conectar os indivíduos já que o ensino intercultural é visto como um meio de criação de diálogo entre pessoas de diferentes culturas por intermédio de uma língua. Sabemos que ainda há um longo caminho a seguir para que as aulas de LE tomem essa característica intercultural, mas uma boa forma de começar esse processo são as atividades aqui propostas. E, assim, com um passo de cada vez, podemos trilhar um novo caminho.

## Referências

ALMEIDA FILHO, J.C.P. 2002. Língua além de cultura ou além de cultura, língua? Aspectos do ensino da interculturalidade. In: CUNHA, M. J.; SANTOS, P. (Org.). *Tópicos em português língua estrangeira*. Brasília, EDUNB, p. 210-215.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 dez. 1961, Seção 1, p. 01-06.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 1971, Seção 1, p. 6377.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 58/76, de 22 de dezembro de 1976, do CFE. Altera dispositivos da Resolução nº 8, de 1º de dezembro de 1971, e dá outras providências. In: *Documenta nº 193*, Rio de Janeiro, dez. 1976.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 01-09.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio – Parte II: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 set. 2016, Edição Extra, Seção I, p. 01-02.

CESTARO, S. A. M. 1999. O Ensino de Língua Estrangeira: História e Metodologia. *Revista Virtual Videtur*, 6, p. 75-88.

CORREIO DO POVO. 2016. Acesso à internet móvel no Brasil cresce 70%, revela IBGE. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Tecnologia/2016/4/583727/Acesso-a-internet-movel-no-Brasil-cresce-70,-revela-IBGE>> Acesso em: 07/08/2016.

DINO. 2015. Cresce o número de brasileiros que viajam pelo Brasil e exterior; férias lidera estatística como principal motivo. Disponível em: <<https://www.dino.com.br/releases/cresce-o-numero-de-brasileiros-que-viajam-pelo-brasil-e-exterior%3B-ferias-lidera-estatistica-como-principal-motivo-dino89043403131>> Acesso em: 07/08/2016.

FELIPE, T. B. 2012. *O tema alimentação em aulas de língua inglesa: por uma abordagem da alimentação como cultura*. São Carlos-SP, UFSCAR.

FLEURI, R. M. 2001. *Desafios à educação intercultural no Brasil*. *Revista PerCursos*, nº. 1: p. 109-128.

KAWACHI, C. J. 2008. *A música como recurso didático-pedagógico na aula de língua inglesa da rede pública de ensino*. Araraquara, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 141p.

LEFFA, V. J. 1996. *Aspectos da Leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre, Sagra, DC Luzzatto.

\_\_\_\_\_. 1999. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. *Contexturas*, APLIESP, n. 4: p. 13-24.

MENDONÇA, R. 2016. Professora usa rap e funk para ensinar História: 'Não estudei para domesticar aluno'. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36750824>> Acesso em: 07/08/2016.

MOITA LOPES, L. P. da. 1996. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas – SP, Mercado das Letras.

PADILHA, P. R. 2004. *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo, Cortez.

PAIVA, V.L.M.O. 2003. A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa. In: STEVENS, C.M.T; CUNHA, M.J. *Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília, UnB, p.53- 84

\_\_\_\_\_. 2000. O lugar da leitura na aula de língua estrangeira, *Vertentes*. n. 16: p.24-29

PHILLIPSON, R. 1992. *Linguistic imperialism*. Oxford, Oxford University Press.

REVISTA GALILEU. 2015. Quais são as línguas mais faladas em todo o mundo? Disponível em:< <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT669619-1716-7,00.html>> [200-?] Acesso em: 07/08/2016.

SANTOS, E. M. 2004. *Abordagem Comunicativa Intercultural (ACIN): uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2004, 439p.

WALESKO, A. M. H. 2006. *A interculturalidade no ensino comunicativo de língua estrangeira: um estudo em sala de aula com leitura em inglês*. Curitiba: Universidade do Paraná.